

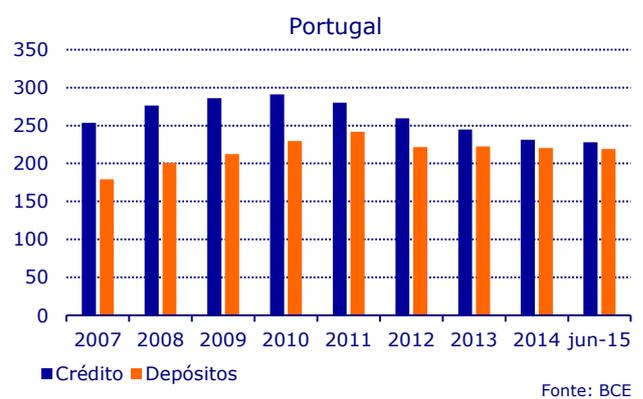
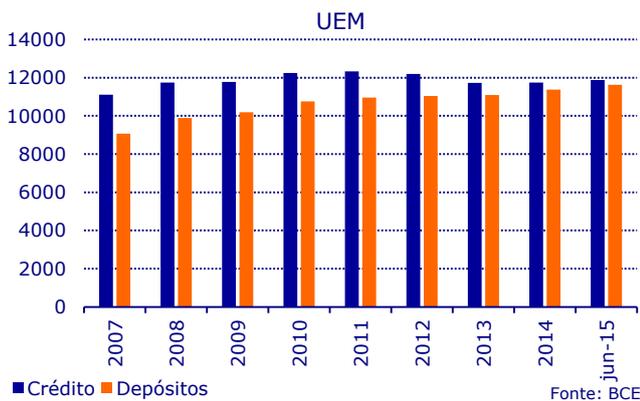
## A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO E DOS DEPÓSITOS - PORTUGAL NO CONTEXTO EUROPEU

De forma a obter o retrato comparativo da evolução do crédito e dos depósitos, optámos por utilizar a informação disponível no Banco Central Europeu relativamente aos balanços agregados dos sistemas bancários de países que formam o euro. A análise dos dados mostra que o processo de ajustamento foi transversal às várias economias do euro, mas mais acentuada nos denominados países da periferia. O movimento de ajustamento acentuou-se no período que se seguiu ao despoletar da crise da dívida soberana que afectou essencialmente as economias mais endividadas: Portugal, Espanha, Irlanda. Embora a informação apresentada reflecta a evolução dos sistemas bancários no conjunto dos países que formam o euro e em algumas das suas economias, a análise centra-se principalmente no mercado de crédito e evolução dos depósitos em Portugal, sendo evidente que o processo de ajustamento do sistema bancário português ainda não terminou. A variação média anual do crédito a residentes em Portugal (segundo dados do BCE) foi de -6.3% em Junho de 2015, representando um abrandamento significativo face às quedas registadas nos meses anteriores. Contudo, este ritmo de contracção contrasta com o registado no conjunto dos países que formam o euro, onde a variação média anual no mesmo período foi de -0.7%. Por seu turno, os depósitos de residentes na zona euro junto dos bancos portugueses caíram, em termos médios anuais, 5.8% em Junho, enquanto no conjunto da zona euro o mesmo indicador avançou 0.7%.

A informação relativa aos balanços agregados disponível no Banco Central Europeu indica que o processo de ajustamento do sistema bancário português continuou em 2014 e no primeiro semestre de 2015. Com efeito, continua a observar-se a redução da dimensão dos balanços dos bancos em grande parte influenciado pela queda do crédito à economia. Este movimento foi acompanhado pela diminuição menos acentuada dos depósitos, permitindo a redução do rácio de transformação dos depósitos em crédito. Em Junho de 2015 este rácio situava-se em 123%, menos 45 pontos percentuais do que em Junho de 2010.

### Evolução do crédito e dos depósitos na zona euro e em Portugal (excluindo IFM's)

(mil milhões de euros)

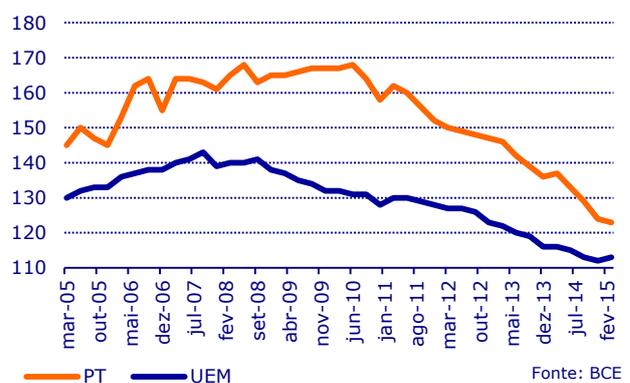


De acordo com a mesma fonte, no final do primeiro semestre de 2015 o activo total dos bancos portugueses ascendia a 463 mil milhões de euros (mme), menos 20.6% do que o máximo observado em Fevereiro de 2012 (583.3 mme); face ao final de 2014, a dimensão do activo reduziu-se em 1.3%. Nos mesmos períodos, o crédito a clientes – que representa cerca de 56% do activo total – caiu cerca de 21% e 0.7%, respectivamente. **Face ao nível máximo da carteira de crédito a clientes – 342.2 mme em Abril de 2011 – a redução foi de 24.7% até Junho de 2015.** Como se pode observar graficamente, o crédito a residentes contribuiu com cerca de 12 pontos percentuais para a redução dos activos totais, explicando cerca de 57% da queda do activo total.

No conjunto da zona euro, observou-se um movimento idêntico, mas menos acentuado. Desde Maio de 2012, altura em que o activo agregado dos bancos da UEM atingiu o seu nível máximo, os activos totais diminuíram 10.4%, tendo o crédito a residentes contribuído com 4.4 pontos percentuais para o seu encolhimento, explicando 42% da queda do activo total.

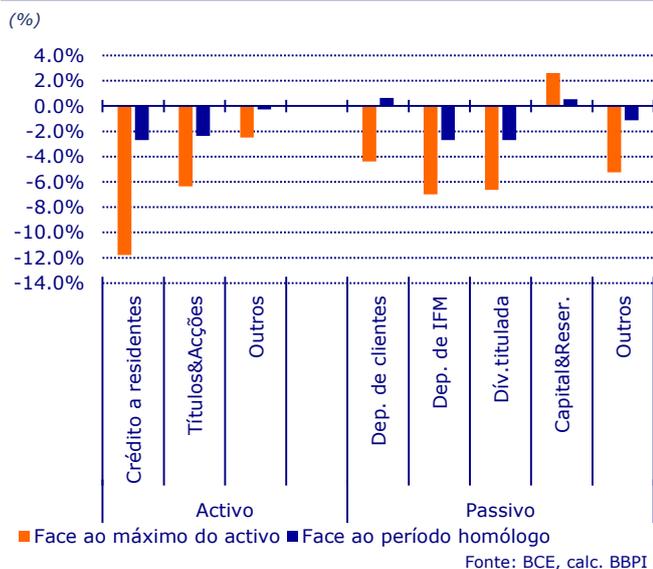
### Rácio de transformação

(crédito/depósitos)

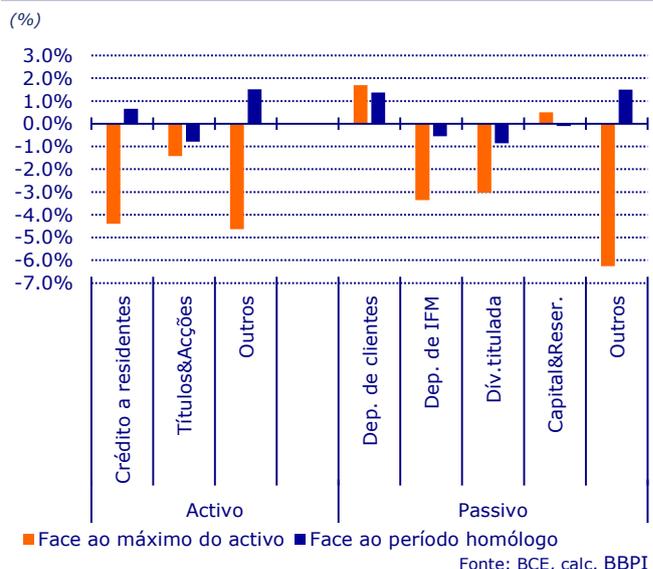


**OPINIÃO**

**Contributos para a evolução dos activos dos bancos portugueses**



**Contributos para a evolução dos activos dos bancos da UEM**



Do lado do passivo, verifica-se que a redução da actividade no mercado monetário interbancário e a emissão de dívida titulada foram as componentes que mais caíram, reflectindo a quebra da confiança relativamente à situação da banca em geral no período pós crise financeira internacional. Note-se que este movimento foi certamente atenuado pela política monetária do BCE que desde o eclidir da crise financeira internacional, concede financiamento ilimitado aos bancos e alterou de forma significativa as regras de aceitação de colateral.

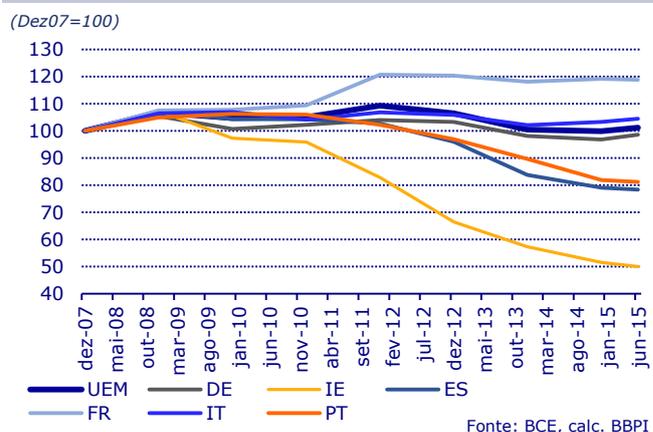
**A evolução do crédito**

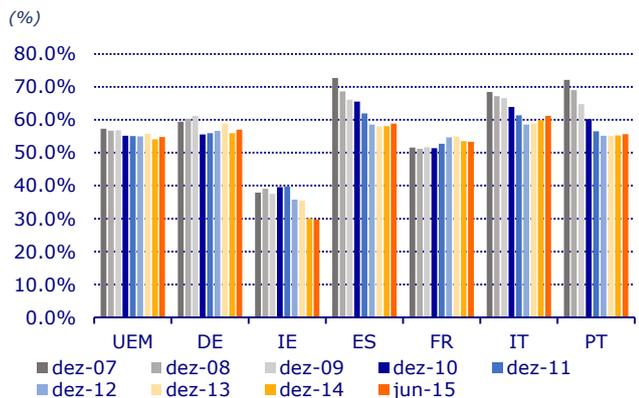
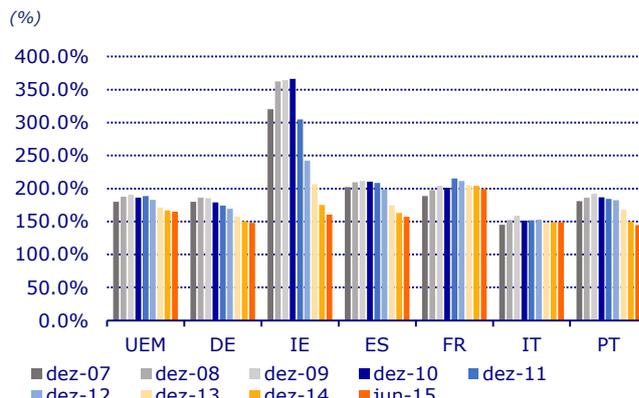
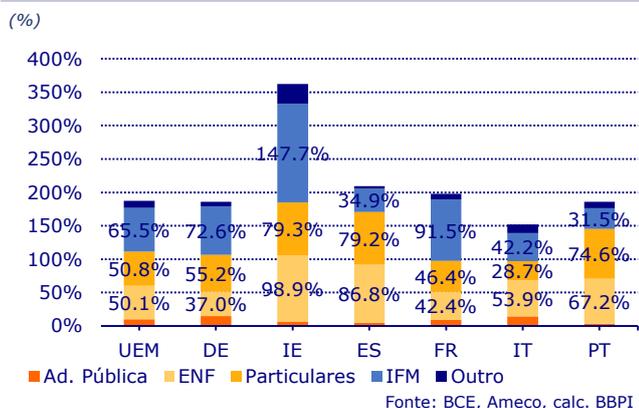
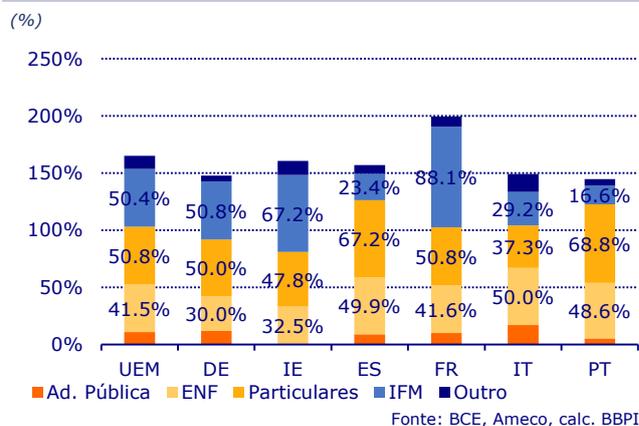
Em Portugal, o processo de desalavancagem tornou-se mais evidente após a assinatura do Programa de Assistência Económica e Financeira, apresentando mais recentemente uma tendência de estabilização. Movimentos idênticos, mas mais acentuados, observaram-se em Espanha e Irlanda, países também sujeitos a programas de assistência financeira (no caso de Espanha apenas direccionado ao sistema bancário).

A informação disponível mostra que **Portugal foi o país onde a queda do peso do crédito no total dos activos foi mais marcada**. Com efeito entre Dezembro de 2008 e Junho de 2015, o respectivo rácio caiu 13.4 pontos percentuais, o que compara com cerca de 10 pontos percentuais em Espanha, 9 p.p. na Irlanda e 6 p.p. em Itália. No conjunto da zona euro a queda foi de apenas 2 pontos percentuais. Actualmente, o rácio crédito a residentes/activo total em Portugal situa-se em 55.6%, pouco acima do nível médio dos bancos da zona euro: 54.8%. Em 2008, os níveis eram de 69% em Portugal versus 56.7% no conjunto da zona euro.

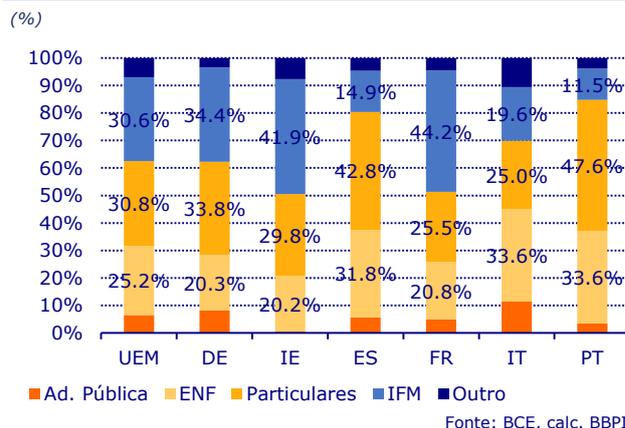
O movimento de desalavancagem é também evidente na redução do peso do crédito a residentes no PIB. Em Portugal, no mesmo período, este rácio passou de 186% para cerca de 145%, uma redução de aproximadamente 41 pontos percentuais, enquanto no conjunto da zona euro, a queda foi de apenas 22.5 pontos percentuais, situando-se, actualmente em 165%. Relativamente ao PIB, a redução do crédito foi mais acentuada na Irlanda – passando de 362% para 148% entre 2008 e Junho de 2015 – e em Espanha, onde o respectivo rácio caiu cerca de 53 pontos percentuais, situando-se actualmente em aproximadamente 157%.

**Crédito a residentes - comparação internacional**



**Crédito a residentes em % dos activos totais****Crédito a residentes em % do PIB nominal****Crédito por sector em % do PIB (Dezembro 2008)****Crédito por sector em % do PIB (Junho 2015)**

Numa lógica sectorial, o peso do crédito concedido ao sector privado caiu de 142% do PIB para 118% entre 2008 e Junho de 2015, reflectindo um movimento mais acentuado no crédito concedido a empresas não financeiras. O movimento observado no crédito a particulares foi mais suave – em percentagem do PIB o crédito a particulares reduziu-se em cerca de 6 pontos percentuais – o que em grande parte também reflecte as características das operações de crédito. Com efeito, o crédito a particulares concentra-se, essencialmente, em operações de crédito à habitação, tipicamente com prazos mais longos. Quando comparado com o conjunto dos países do euro, o sector privado em Portugal revela uma maior dependência do sector bancário. No caso dos particulares em Portugal o rácio crédito/PIB é de cerca de 70%, mais 18 pontos percentuais do que no conjunto do crédito a residentes na UEM. Entre as empresas não financeiras, verifica-se uma situação idêntica, sendo que o mesmo rácio se situa em aproximadamente 49% em Portugal versus 41.5% no conjunto da UEM.

**Crédito por sector (Junho 2015)**

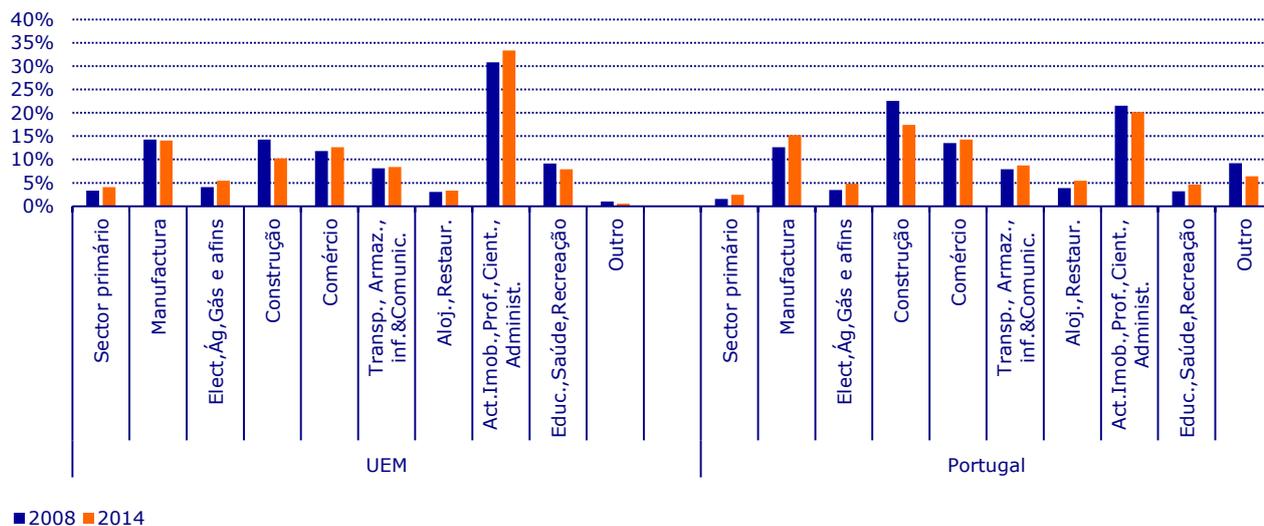
Em Portugal, 82% do crédito concedido a residentes destina-se ao financiamento de particulares e sociedades não financeiras, o que compara com 56% na zona euro. No crédito a particulares – cerca de 48% do crédito a residentes – 82% destina-se a crédito à habitação.

O crédito concedido a empresas não financeiras representa cerca de 34% do crédito a residentes, percentagem idêntica à observada no período anterior à crise financeira, mas verificam-se alterações na distribuição do crédito a favor de sectores mais transaccionáveis, como seja a indústria, sectores de actividade ligados ao Turismo e utilities. **De acordo com informação disponível no Banco de Portugal, o crédito a empresas exportadoras representa actualmente cerca de 20% do crédito concedido a empresas não financeiras, o que compara com 14.5% em Dezembro de 2009.**

**OPINIÃO**

**Crédito a ENF por sector de actividade**

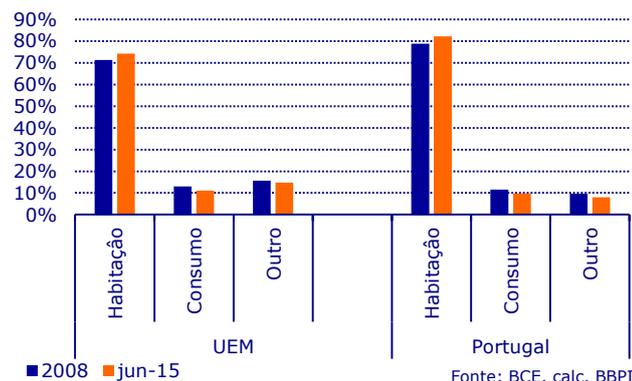
(% do crédito total a ENF)



Fonte: BCE, BdP, calc. BBPI

**Crédito a Particulares por tipo de utilização**

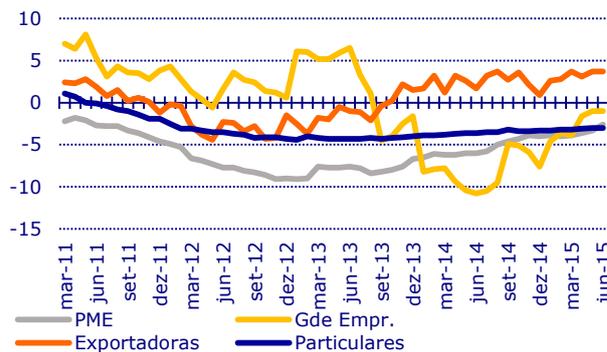
(% do crédito total a Particulares)



Fonte: BCE, calc. BBPI

**Evolução do crédito a Particulares e ENF**

(taxa de var. anual)



Fonte: Banco de Portugal

Os resultados dos inquéritos ao Mercado de crédito realizados pelo Banco de Portugal indicam um alívio das condições creditícias do lado da oferta desde finais de 2014 e uma melhoria da procura, tanto no caso das empresas não financeiras como no caso dos particulares.

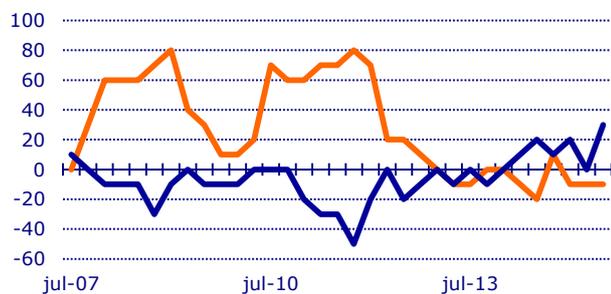
No caso das empresas não financeiras, o detalhe relativo ao índice de difusão que reflecte a oferta de crédito indica que o alívio das condições para concessão de crédito é mais acentuado no caso das grandes empresas e nos empréstimos com prazos mais longos. Do lado da procura, o aumento é mais acentuado no caso das pequenas e médias empresas e os factores que determinam a maior procura no conjunto das empresas não financeiras são necessidades de financiamento para novos investimentos, fundo de maneo e fusões e aquisições. A avaliação das expectativas indica estabilização dos critérios para concessão de crédito por parte das instituições de crédito. Do lado da procura, as expectativas apontam para um aumento tanto por parte de grandes empresas como de pequenas e médias empresas e, sobretudo, de empréstimos com prazos mais longos.

No caso do crédito concedido a particulares o alívio da condições oferecidas pela banca centra-se apenas no crédito à habitação, enquanto que no segmento do crédito ao consumo o índice de difusão não indica alterações nas condições praticadas pela banca. A avaliação das expectativas sugere a possibilidade de que o terceiro trimestre de 2015 seja assinalado pelo alívio tanto das condições de crédito a aplicar no caso de aquisição de casa como no crédito ao consumo. Os índices relativos ao lado da procura indicam aumento da procura nos dois segmentos e sugerem que esta tendência continuará no terceiro trimestre.

## Inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito

## ENF

(índice)



Oferta: &gt;0: maior restrição face ao trimestre anterior; &lt;0 alívio de critério

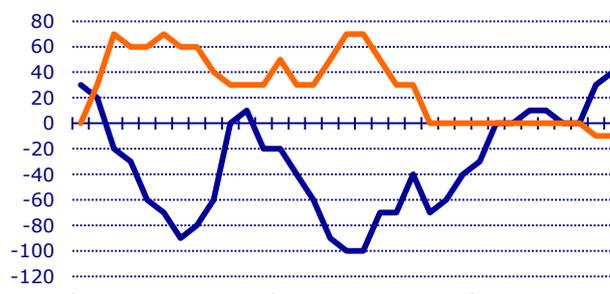
Procura: &gt;0 aumento da procura; &lt;0 redução da procura

— Oferta — Procura

Fonte: Banco de Portugal

## Particulares

(índice)



Oferta: &gt;0: maior restrição face ao trimestre anterior; &lt;0 alívio de critério

Procura: &gt;0 aumento da procura; &lt;0 redução da procura

— Procura — Oferta

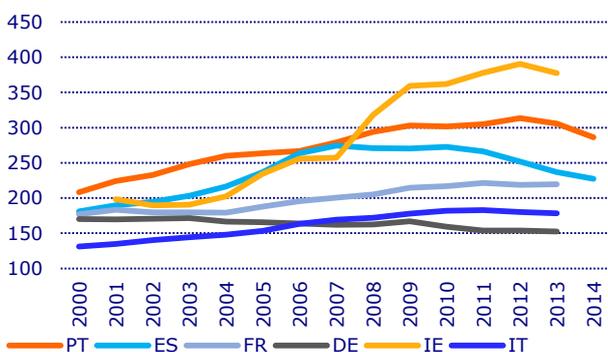
Fonte: Banco de Portugal

As respostas ao inquérito ao mercado de crédito realizado pelo Banco de Portugal sugerem que o ritmo de contracção do crédito concedido pelas instituições financeiras continuará a abrandar na segunda metade do ano, reflectindo tanto a melhoria do sentimento dos agentes económicos como das condições de financiamento. Também o facto de as perspectivas apontarem para que o actual ambiente de reduzidos custos de financiamento se prolongue no médio prazo tenderá a favorecer o aumento da procura. Todavia, as expectativas para a evolução do mercado de crédito continuam moderadas, na medida em que permanecem alguns factores de constrangimento tanto do lado da oferta como da procura: os níveis de endividamento do sector privado apresentam uma tendência de queda ligeira, mas continuam em níveis elevados e os níveis de incumprimento – sobretudo no sector empresarial – encontram-se em níveis elevados, não sendo ainda visíveis sinais de inversão. No caso do crédito a particulares a evolução do crédito mal parado é menos acentuada, mas a tendência é igual (em 2010, o rácio de crédito vencido nas operações de crédito a particulares era de 3% e em Junho de 2015 situava-se em torno de 5%).

Também a limitar a expansão do crédito estará o facto de, como refere o Banco e Portugal no seu relatório de estabilidade financeira de Maio de 2015, os bancos deterem elevada exposição da banca ao sector imobiliário, por via do crédito concedido para aquisição de casa e a actividades imobiliárias, à qual se associa o aumento da carteira de imóveis detidos pelas instituições financeiras, provavelmente em virtude do aumento dos casos de incumprimento. **De acordo com aquele relatório, em 2014 o sistema bancário português detinha activos imobiliários para alienação avaliados em cerca de 8 mil milhões de euros, equivalente a 1.9% do activo total, o que compara com cerca de 800 milhões de euros em 2007, 0.2% do activo total àquela data.** Adicionalmente, os créditos transferidos pelos bancos para fundos de reestruturação de crédito ascendiam a cerca de 4 mil milhões de euros no final de 2014, mais 40% do que em Março de 2013, concentrando-se principalmente em operações de crédito a actividades imobiliárias e construção.

## Endividamento do sector privado

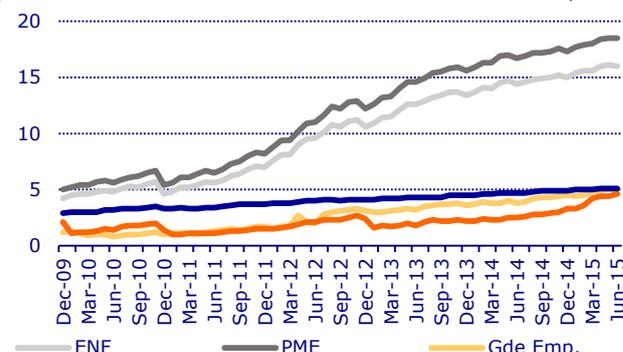
(% do PIB)



Fonte: OCDE

## Evolução dos rácios de crédito vencido

(% dos créditos vencidos há mais de 30 dias face ao crédito concedido)



Fonte: Banco de Portugal

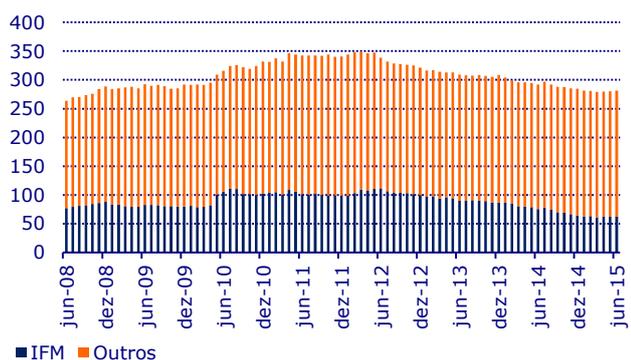
**OPINIÃO**

**O comportamento dos depósitos**

Como já referido, a redução da dimensão dos depósitos foi menos acentuada do que a do crédito. Entre Maio de 2012 (quando se observou o nível máximo dos depósitos no período pós crise) e Junho de 2015, os depósitos de residentes na zona euro nos bancos portugueses caíram 19% em termos acumulados, dos quais 14 pontos percentuais são explicados pela redução dos depósitos de IFM's e 5 pontos percentuais se explicam pela redução dos depósitos de clientes. Adicionalmente, verifica-se que os depósitos continuaram a ser a principal fonte de financiamento da banca portuguesa, representando cerca de 60% dos activos totais (nível relativamente estável desde 2007). Os depósitos totais representam 158% do PIB, menos 3.3 pontos percentuais do que em 2008.

**Porugal - evolução dos depósitos totais**

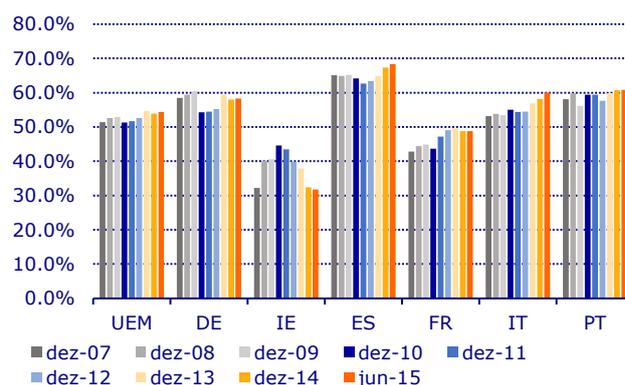
(mil milhões de euros)



Fonte: BCE, calc. BBPI

**Depósitos de residentes em % dos activos totais**

(%)



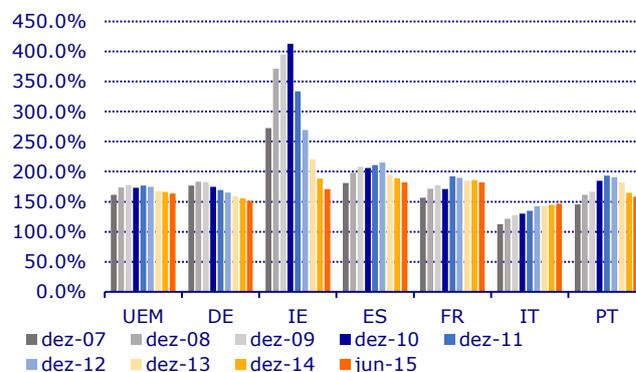
Fonte: BCE, calc. BBPI

Em termos de estrutura de financiamento dos bancos portugueses, os depósitos de clientes (exclui depósitos de IFM's) aumentaram a sua importância, representando, de acordo com as estatísticas relativas aos balanços agregados no Banco Central Europeu, 47.3% do activo total, o que compara com 41.6% em Dezembro de 2008. Por seu turno, a evolução dos depósitos junto de IFM's sugere uma menor dependência do financiamento junto do Eurosistema. Em termos globais, o peso dos depósitos de IFMs no activo caiu para 13.5% em Junho 2015, enquanto que no final de 2008 representava 18.3%.

De acordo com os dados disponíveis no Banco de Portugal, cerca de 71% dos depósitos totais são aplicações a prazo, sendo que as aplicações a prazo de particulares representam 44% dos depósitos totais e os de ENF cerca de 6%.

**Depósitos residentes em % do PIB nominal**

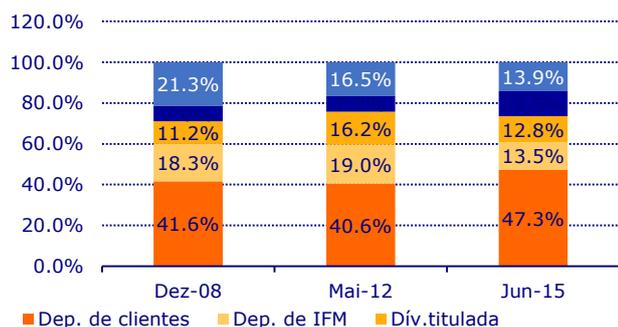
(%)



Fonte: BCE, Ameco, calc. BBPI

**Estrutura de financiamento dos bancos**

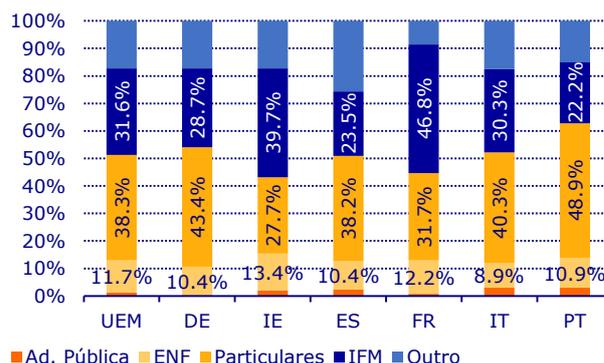
(% do activo total)



Fonte: BCE, calc. BBPI

**Depósitos por detentor**

(Junho 2015)

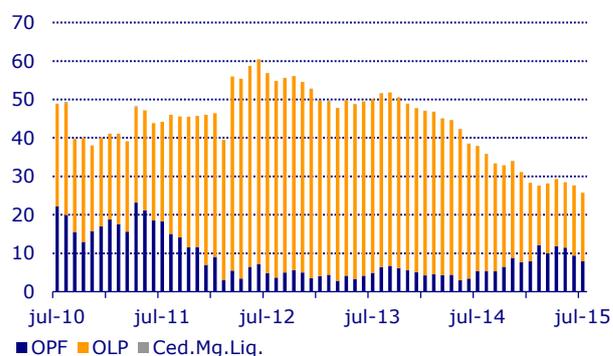


Fonte: BCE, calc. BBPI

O peso dos depósitos de particulares e empresas não financeiras é consideravelmente superior ao observado no conjunto dos países que formam o euro: cerca de 60% em Portugal face a 50% no sistema bancário agregado do euro. Destes, os depósitos de particulares representam cerca de 50% dos depósitos totais em Portugal versus 38% na UEM.

### Financiamento dos bancos portugueses junto do BCE

(mil milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal

